

A guerra contra a escravidão: Lutas pela liberdade no Pernambuco Imperial (1850-1870)

Arthur Danillo Castelo Branco de Souza, UFPE¹

Resumo

As fugas escravas podem ser consideradas o aspecto mais comum de resistência à dominação escravista em toda história da escravidão. A formação de quilombos acontecia após uma fuga inicial por parte dos cativos que viriam a ser denominados quilombolas. As pequenas fugas para visitar parentes, amigos, cônjuges, possibilitaram aos cativos espaços e fragmentos de “liberdade” para poderem resistir e existir em cativeiro ao longo de suas vidas. Neste trabalho procuramos analisar, a partir dos anúncios de escravos fugidos retirados do Diário de Pernambuco e do Jornal do Recife, como as fugas individuais e coletivas atormentaram a instituição escravista brasileira em anos de desagregação do sistema escravista.

Palavras-chave: Escravidão, Fugas, Pernambuco.

Abstract

Runaway slaves can be considered one of the most common resistance aspects to slavery throughout its history. The formation of quilombos happened after an initial escape by the captives that would then be called quilombolas. The little escapes to visit family, friends and loved ones made possible to the captives spaces and fragments of ‘liberty’ so they could resist and exist in captivity during their lives. In this paper we seek to analyze, from the advertisements of runaway slaves taken from the Diário de Pernambuco and Jornal do Recife, how individual and collective escapes plagued the Brazilian slave institution in years of disintegration of the slave system.

Keywords: Slavery, Escapes, Pernambuco.

A Guerra do Paraguai e os fujões voluntários

Por muito tempo as fugas foram interpretadas pela historiografia como “atos repetitivos, quase banalizados da resistência escrava e, portanto, sem sentido político”. (GOMES, 1996. p. 76). Alguns enxergavam no aspecto mais comum da resistência escrava no Brasil uma ruptura com o mundo da escravidão por completo ou pela inadaptação ao cativeiro ou por conta dos constantes castigos físicos que sofriam os cativos. Esta ótica acabou por reduzir a ação dos escravizados a uma mera dualidade, que os transformava ou em seres passivos ou em seres rebeldes ao extremo, ocultando as diversas formas de seus protestos e adaptações ao cativeiro e à vida. (REIS; SILVA, 1989) Uma das grandes causas das fugas, desprezada pelos que analisavam o ato de forma dualista, por exemplo, era a reconstituição de laços familiares, parentais, a busca por amigos que se perderam ao serem separados pela venda, servindo a fuga como o início de um caminho para a negociação (REIS, 1999.).

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco.

Em trabalho pioneiro, Gilberto Freyre se utilizou de fontes “jornalísticas”, ou do que denominou de “anunciologia”, como objeto de estudo. Serviu-se dos anúncios de compra, venda e aluguel de escravos e, dando ênfase aos de fuga, buscou realizar uma descrição da vida dos escravizados a partir da análise dos castigos que sofriam, das “marcas de nação” ou “escarificações” étnicas, doenças, informações sobre ofícios e comportamentos, dentre outras questões (FREYRE, 1979). O próprio já apontava, em anos anteriores ao seu trabalho com anúncios, a ação dos cativos, que perante as situações e contradições do sistema negociavam seu cativeiro, “[...] fugiam por sua própria vontade, e não seduzidos por ninguém [...]” (FREYRE, 2013. p. 98). Mesmo imprimindo em suas análises uma visão positiva do paternalismo senhorial luso-brasileiro, ele, em termos historiográficos, salvo seus preconceitos, colocava o cativo como personagem principal, independente, como um ser humano que “por sua própria vontade”, e “não seduzidos por ninguém”, deixavam seus senhores a procura de uma condição melhor. Ainda que na visão do autor os únicos redutos de fuga para os cativos fugidos fossem os “engenhos grandes com a fama de paternalmente bons para os escravos”, com fartura de alimentos, bebida e diversão, eles fugiam porque queriam.

Para Robert Conrad, as fugas eram mais comuns do que as revoltas, que por sua vez seriam mais perigosas, de difícil organização e de “sucesso improvável” (CONRAD, 1975, p. 20). Segundo o autor: “[...] enquanto a escravatura durou, o problema dos fugitivos impôs um desgaste permanente das energias e bens da classe proprietária de escravos.” (CONRAD, 1975, p. 21) A fuga foi a solução mais comum e viável que os cativos encontraram para seu afastamento imediato do cativeiro. Concorda também Conrad que as fugas em massa nos anos de 1887-1888 contribuíram decisivamente para a abolição da escravidão, sendo os senhores “forçados a renderem-se às exigências abolicionistas”, agenciadas em massa pelos cativos. (CONRAD, 1975, p. 22)

As fugas poderiam ser efetuadas de diversas maneiras, dependendo da situação e das condições materiais dos cativos no momento de fugir. Estes poderiam fugir para se esconder, para trabalharem nos engenhos, nos portos, nas próprias instituições oficiais, também para reconstituir famílias, ou para festejar por alguns dias. As estradas, que muitos destes fujões tomavam ao longo da segunda metade do século XIX, foram cada vez mais abertas e passaram a movimentar um número considerável de pessoas, mercadorias e máquinas, como os trens a vapor das companhias inglesas, etc. A fiscalização das obras de aberturas destas estradas de ferro, ou das estradas normais, não eram das melhores, podemos notar isso nas reclamações que os senhores de cativos faziam aos mestres de obras e capitães de locomotivas de não empregarem seus escravos fugidos nestas obras e de não os aceitarem a bordo de suas máquinas.

Assim, reclamava, em 19 de junho de 1860, o senhor Manoel Ferreira Lima, informando que seu cativo mulato de “nome Belarmino, natural do sertão, de idade mais ou menos 40 anos”, estaria procurando trabalho na estação da via férrea a bordo da locomotiva de serviços, pedindo também seu senhor aos empregados na tal estação que reparassem na saída do trem de passageiros. Manoel fugiu após ter sido alugado no dia 08 de junho de 1860 e seu senhor corria contra o tempo para reavê-lo. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 19 de junho de 1860.) A estrada de ferro dava até mais facilidade para o sentido que deveria ser tomado na hora de fugir, sentido da cidade ou do interior. Mesmo que a vigilância fosse certa em alguns pontos, ou não como podemos concluir a partir dos anúncios, o cativo teria um rumo, uma direção referencial para seguir.

Joaquim fugiu do engenho Novo do Cabo, tomando rumo em direção à estação do Recife pelo “caminho de ferro”. Neste caso, Joaquim preferiu seguir para o Recife, se distanciando da sua área de escravização (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 10 de outubro de 1860). Um pouco depois do Cabo, do engenho Bom Fim de Escada, fugiu Domingos, “muito cachaceiro, trabalha [va] em chapéus de palha” e seu senhor desconfiava que ele teria ido ao Recife pela via férrea. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 10 de junho de 1870). Estes últimos devem ter se aproveitado das estradas de ferro que serviam a *Recife and San Francisco Railway*, construída para escoar a produção de açúcar da “Zona da Mata Sul”, região que após 1855 teve o seu número de engenhos “quase dobrados” (EISENBERG, 1977, p. 148). Estimulando a construção de engenhos devido a redução do custo logístico do açúcar para a capital, as ferrovias também serviram como vias de escape para os cativos.

Durante a década de 1880 houve a ascensão de um movimento abolicionista supralegal, promovido por alguns grupos abolicionistas em conjunto com os escravizados, que promoveram fugas em massa através das redes ferroviárias. O grupo que assumiu estas iniciativas, em Pernambuco, a partir de 1884, ficou conhecido como “Clube do Cupim”. Esta agremiação dedicou-se “a libertação de escravos por todos os meios”. Desde negociações sobre alforrias até a rede “ferroviária clandestina” para ajudar os escravos em rota de fuga ao Ceará, província livre da escravidão oficialmente desde 25 de março de 1884 (SILVA in ABREU, 2011; HOFNAGEL in DANTAS, 1990; GIRÃO, 1956). As estradas de ferro se tornariam, assim como as ribeiras, os portos e os cortiços, ótimos esconderijos e um ótimo lugar para juntar dinheiro. Tanto é que Eugenio, pardo, fugido da rua da Imperatriz, poderia ser encontrado por quem quisesse empreender a sua captura na Ribeira ou na Estação de ferro em São José, ganhando a vida, bem pertinho de casa, mas misturado a uma multidão de mestiços, de homens e mulheres de todas as categorias sociais (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 10 de junho de 1865).

Estas estações ferroviárias se tornariam, segundo feliz adjetivo de Robério Souza, “ferrovias-esconderijo” (SOUZA, 2011).

Assim como alguns fugiam de trens, ou pelas estradas férreas, outros fugiam montados a cavalo. Muitos anúncios indicam a normalidade de roubar um cavalo da estrebaria do senhor, ou de algum vizinho ou de fugir com seu próprio cavalo. Porém como os cativos não poderiam ser possuidores de propriedade os senhores geralmente anunciavam a fuga e o “roubo” do cavalo no mesmo anúncio. Fazendo do cativo, além de fujão, ladrão.

Clementino, “20 anos, costuma andar calçado e bem vestido, levou uma trouxa de roupa, e consta que levava um cavalo que alugara nessa ocasião”. Oficial de bolieiro, seu senhor afirmava que ele se passava por forro e que negociou com alguém o aluguel de um cavalo para fugir (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 03 de novembro de 1851). Já os carreiros, Simeão e Nicolao, ambos crioulos do engenho Camaragibe, fugiram com três burros do serviço do engenho. Os burros teriam sido levados por eles e seu senhor levantava a possibilidade de que o terceiro servisse de condutor ao “sedutor” dos crioulos, “[...] porque na noite precedente à saída dos ditos escravos foram vistos dois homens em comunicação com o Simeão junto a entrada do engenho. [sic.] Simeão e Nicolao aproveitaram a chance e fugiram montados nos “burros roubados” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 07 de setembro de 1865).

Joaquim Crioulo, com idade de 30 anos, fugiu do engenho Camila de Ipojuca no dia 11 de setembro de 1865, levando consigo “seu cavalo ruço pedrez”. “Este escravo disse antes de evadir-se que pretendia assentar praça na companhia de zoavos”. Joaquim disse a alguém que fugiria para servir ao Exército na maior guerra da América Latina, a Guerra do Paraguai, querendo se alistar numa das maiores e mais famosas companhias de negros que saíram da Bahia e de Pernambuco para guerrear no Sul (KRAAY, 2012, p. 124). O pretendente a zoavo, muito provavelmente estava informado da criação pelo governo imperial dos Voluntários da Pátria na primeira semana de janeiro de 1865.²

Assentar praça era outra modalidade muito seguida pelos cativos para transitarem do cativo à liberdade, ou conquistarem espaços entre os dois polos. O Exército brasileiro, e também os exércitos de outros países escravistas, como o dos EUA da guerra de independência (1775-1783) e da Guerra civil (1860-1864), o Exército Libertário do Haiti (1791-1804), tornaram-se potenciais “abrigos” de cativos que buscavam melhorar sua condição de vida. E apesar de, na maior parte destas guerras, lutarem a luta dos brancos, não significava que haviam

² Sobre a criação da companhia negra em Pernambuco, ver: FILHO, Márcio Lucena. **Pernambuco e a Guerra do Paraguai: o recrutamento e os limites da ordem**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Dissertação de Mestrado, 2000.

aderido às causas destes. O recrutamento de homens negros e cativos tornou-se fator comum durante todo século XIX e em períodos anteriores a este na história militar mundial (KRAAY, 1996).

Enquanto muitos homens para fugir do recrutamento se utilizavam dos mais diversos expedientes, como ir para outras localidades, casarem, entregarem parentes ou cativos para servirem ao Exército em seu lugar, alguns cativos preferiam a dura lida das armas ao ficarem sujeitos ao tipo de cativo imposto pelos seus senhores.

Homens eram recrutados ao serviço do Exército ou da Armada imperial nas ruas das diversas cidades do Brasil, em sua maioria: pretos, mestiços, libertos, tidos por “vadios” e “ociosos”. Uma proposta de recrutamento que servia também de escoamento desta população indesejável para as fileiras das instituições militares (SILVA, 2003, p. 48 - 49). Muitos cativos se aproveitaram deste quadro de recrutamento e fizeram da situação mais uma válvula de escape ao cativo. Outros devem ter sido recrutados à força mesmo, trocados por filhos de potentados locais no serviço das forças armadas, mas alguns vendo a possibilidade de fugir das amarras de um cativo desagradável demais aos seus olhos buscam no recrutamento um auxílio para seus planos de fuga. Estas possibilidades, por exemplo só eram abertas, pelo menos oficialmente, aos homens. As mulheres não poderiam se utilizar destes subterfúgios, assim como de outros para se evadirem. Sigamos os passos destes “escravos-soldados”.

Faustino, cativo vindo do Maranhão para ser vendido, fugiu do Giquiá “para onde tinha ido a contento”. Segundo o anunciante, “falava bem”, e intitulava-se forro, trocando de nome para José da Rocha, “com o qual serviu no exército enquanto não foi reconhecido, dizendo ser natural de Marvon”. A recompensa por Faustino variava de 200\$000 a 400\$000 mil réis, dependendo das condições impostas pelo cativo para sua captura. Não seria fácil capturar um homem com experiência militar, com certeza esta ajudaria contra seus algozes e perseguidores (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 10 de julho de 1860). Talvez por isso a variação da recompensa, em função da dificuldade que teriam para capturar Faustino. O escravo do Dr. João da Silva Ramos, fugiu de sua casa na rua Nova, era “ladino, amigo de baiano e fumador”. Teria sido também escravo do Sr. Simplicio Cavalcanti de Albuquerque, do Buique, de onde fugira para o Recife, assentando praça no corpo de polícia com o nome de José Francisco de Assis, sofrendo baixa em março de 1860. Depois de provada sua escravidão, foi vendido ao Dr. Ramos e quando alugado para servir de bolieiro, fugiu mais uma vez (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 08 de agosto de 1860). A recompensa de 50\$000 réis “José Francisco de Assis”, como passou a se autoproclamar no corpo de polícia, não era tão alta quanto a de Faustino, mas ainda assim era um estímulo. Muito embora a dificuldade deveria ser a mesma para recapturá-lo. Estes

homens realmente se “abrigavam”, não somente nas fardas do exército, da guarda nacional, dos corpos militares, mas também se mesclavam com a massa dos homens negros e pardos que serviam a estas instituições.

Segundo nos ensina Hendrik Kraay, em todas as sociedades escravistas ocidentais, os cativos não poderiam legalmente servir ao Exército. Os argumentos de Perdigão Malheiro sobre a falta de cidadania do cativo implicar em uma exclusão do serviço militar e a sagrada questão da propriedade privada, seriam suficientes para que a sociedade recusasse armar seus escravos ou permitir o seu alistamento (KRAAY, 1996, p. 32). A questão do medo de se armar cativos também pode ser levado em consideração aqui, principalmente após os acontecimentos do Haiti, as constantes revoltas em Salvador no começo do século XIX, entre outros exemplos³. Porém em épocas de guerra o assunto era bem diferente na prática. Hendrik Kraay cita vários exemplos de cativos levados aos campos de batalha, para lutar pelos interesses dos seus senhores, nas guerras de independência dos EUA, do “Brasil” (Bahia 1823), da Argentina, etc. Convocados por seus senhores “rebeldes” e “legalistas” recebiam promessas de liberdade em troca de serviços militares, sendo assim, não costumavam recusar (KRAAY, 1996, p. 32 - 33).

Seguindo os padrões legalistas e respeitando a propriedade dos senhores, tanto na guerra de independência (1822-1823), quanto na Guerra do Paraguai (1864-1870), o governo indenizou os proprietários pelo uso dos seus cativos nos momentos dos conflitos. Mesmo assim a instituição sofreu abalos após estas guerras⁴. Para Kraay, entrar no exército através da fuga, realmente fazia parte do processo de resistência escrava mais amplo após tentativas frustradas de negociação e conflitos com os seus respectivos senhores (KRAAY, 1996, p. 44). Do final de 1864 até o fim da guerra em 1870 seriam muitos os casos de escravos que fugiram e se alistaram no Exército para lutar no Paraguai. Escravos propriamente ditos, engajados como soldados, lutaram comprovadamente nos exércitos paraguaio e brasileiro. Aliás, segundo André de Toral, “[...] negros e índios teriam sido, por essas análises baseadas em simplificações raciais, as maiores vítimas da guerra” (TORAL, 1995, p. 287) em um conflito que custou ao Paraguai, aproximadamente, 95 % de sua população masculina (SALLES, 1990, p. 11).

³ Para saber mais sobre o tema veja: GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de quilombolas**: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro - século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. GOMES, Flávio dos Santos. SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Sedições, haitianismo e conexões no Brasil: outras margens do atlântico negro. **Novos Estudos**, n. 63, 2002, p. 131-144. FERREIRA, Roquinaldo. GOMES, Flávio dos Santos. A miragem da miscigenação. **Novos Estudos**, n. 80. Março de 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n80/a10n80.pdf>. Acesso em: 30 out. 2017. REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil “Nos achamos em campo a tratar da liberdade”. **Revista USP**, São Paulo, n. 28, p.14-39, Dezembro/Fevereiro 1995/1996.

⁴ Para um balanço mais acurado da participação dos cativos no conflito com o Paraguai ver: SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai**: Escravidão e Cidadania na Formação do Exército. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

Em 07 de junho de 1864 o senhor anuncia a fuga de Galdino, do engenho Conceição das Flores, comarca de Pau d'Alho. Ele parecia ter “25 anos, pardo claro, com marcas de chicote”, sinais de sua insubmissão, tendo em “cada braço um sino de Salomão [...] e junto a este uma cruz com o pé da mesma para o lado do ombro”. Galdino havia sido soldado do corpo de polícia ou da companhia urbana da cidade, servindo com o nome de Antônio Caetano de tal, vendido ao tenente-coronel José Maria dos Santos Cavalcanti pelo seu senhor que desistiu de procurá-lo e preferiu passar a outro o encargo de sua captura. Seu anunciante desconfiava que tivesse fugido para assentar praça em corpos de polícia ou do Exército, oferecendo por ele a recompensa de 100\$000 (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 07 de junho de 1864). Após quase um ano, outro anúncio com mais informações sobre Galdino, ou Antônio Caetano de Oliveira, como se autoproclamava e se registrou na seção urbana da 2º companhia. Já havia servido a este corpo de polícia, engajando-se em 17 de fevereiro de 1862, dando baixa do serviço por “ter dado em seu lugar o paisano João Pedro Ferreira da Rocha” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 24 de abril de 1865). Um detalhe interessante de alguns destes últimos anúncios é que estes cativos eram de senhores com patentes militares ou patentes da Guarda Nacional, sendo assim poderiam ter aprendido algo com seus senhores sobre a vida militar e teriam se aproveitado desta experiência para fugir.

Galdino ou Antônio, segundo o anunciante, havia sido cativo do capitão João de Deus Barros, morador em Campina Grande da Parahyba do Norte, que o vendeu em novembro de 1863 ao capitão Maurício Francisco de Lima, porque Galdino tinha “costume de andar fugido e a título de forro com o nome mudado”. O capitão Maurício Francisco de Lima pedia as autoridades civis e militares, não só de Pernambuco, como do Império inteiro, que apreendessem Galdino ou Antônio e que verificassem se ele havia sido recrutado ou teria assentado praça em algum dos corpos de Voluntários da Pátria. A recompensa por ele chegava a 200\$000 mil réis, novamente uma alta recompensa por um cativo com experiência militar (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 24 de abril de 1865). O certo é que ele se aproveitou da experiência alcançada servindo a seus senhores, todos eles portando patentes militares ou alcunhas militares e, fugindo, procurou se aproveitar do conhecimento com as armas para se “abrigar” nestas instituições oficiais, passando despercebido por muitos outros homens livres. Iniciada a Guerra do Paraguai, Antônio, poderia se utilizar de sua experiência militar bem longe de seus senhores do Norte lá no Sul do continente, longe da situação de cativo, servindo nas fileiras do Exército como um “patriota” ou somente como alguém querendo fugir da escravidão oficial.

Francisco fugiria em 7 de maio de 1865, também com um signo Salomão tatuado no corpo. Marca de guerra? Marca de proteção? Muito provavelmente seria uma tatuagem com fins protetores. Com 23 anos de idade, “pouco mais ou menos”, Francisco teria fugido em busca de seu antigo senhor, o tenente coronel Joaquim Carneiro da Costa, tentando entrar para sua proteção. Cativo de militares, tatuagens parecidas, experiências compartilhadas, possibilidades abertas de fuga para estes homens que foram muito além da sua escravização e lutaram por sua liberdade (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 20 de maio de 1865). Vale a pena salientar também que a vigilância nas províncias brasileiras durante a guerra do Paraguai foi prejudicada, pois os insuficientes efetivos do Exército brasileiro foram reforçados pelos contingentes da polícia e da Guarda Nacional recrutados nas diversas províncias do Império (TORAL, 1995, p. 291).

Agitado seria o ano de 1865, nos anúncios de jornais de cativos fugidos. Segundo John Schulz a partir de 1865, os “voluntários”, que de voluntários não tinham nada, eram recrutados a força mesmo e tanto a deserção quanto os conflitos por conta do recrutamento forçado aumentaram. Homens que juravam a bandeira sem nenhum amor pela pátria que os destituía de seus direitos (SHULZ, 1994, p. 59 e 290).⁵ Wenceslau ao fugir montado numa besta, em 11 de novembro de 1865, disse que “desta vez iria para o Paraguai” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 24 de novembro de 1865). Encontramos também Francisco e Alexandre, pertencentes ao Major Claudino Correia de Mello, “ambos muito ladinos”, com idade de “32 anos, pouco mais ou menos”, fugidos segundo o anúncio para “assentar praça na província ou em outra qualquer” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 25 de setembro de 1865). Um “cabrinha” de Gameleira, “[...] cor canela, cabeça grande e um pouco pontuda para trás, bem parecido de feições, olhos grandes, idade 14 anos [...] talvez intitulado-se forro” fugiu em 14 de março de 1865 e segundo seu senhor queria “com influência de voluntários assentar praça”. As informações transbordavam, das notas oficiais e dos jornais, e passavam de boca em boca, chegando aos ouvidos dos cativos que iriam procurar a veracidade dos fatos na tentativa da fuga. Guilherme, “que de tudo pode se desfazer sem desacerto de informações, e mesmo mudar o nome, por ser bastante ladino” teve sua chance e aproveitou-a rumando para o sul (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 07 de abril de 1865). No mesmo jornal outro senhor desesperado anunciava a fuga de Rufino, “16 a 18 anos”. Já haviam avisado a ele que Rufino teria ido de Limoeiro ao Recife para assentar praça. A recompensa pelo “soldado”? 100\$000 mil réis. Era isso, ou, quem sabe, perdê-lo de vez (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 07 de abril de 1865).

⁵ Para exemplos de homens constringidos a assentar praça no corpo de voluntários podemos ver alguns casos discutidos nos jornais: HDBN, **Jornal do Recife**, 21 de março de 1865, nº66, p. 2; 10 de agosto de 1865, nº 184, p.2.

João José Reis ao estudar a vida do africano Domingos Sodré relata que quando a polícia cercou a casa do africano em 1862 este “[...] vestiu uma farda de veterano da independência e com ela foi recolhido à Casa de Correção” (REIS, 2006, p. 287). Sendo a artimanha definida como “esperteza” por um seu contemporâneo. O mesmo não poderia ter sido veterano da Guerra de Independência, pois, era na época das campanhas (1822-1823), cativo, vindo a obter a alforria somente em 1836. Porém na ocasião da guerra, Domingos era escravo do coronel Francisco Maria Sodré Pereira, comandante de batalhão brasileiro, que, segundo João Reis, poderia muito bem ter levado Domingos para servi-lo em campanha, como criado ou de outra forma (REIS, 2006, p. 288). Domingos, “esperto”, soube se aproveitar da situação na hora do inconveniente, no mínimo inibindo que os curiosos e adversários lhe atacassem publicamente enquanto era encaminhado à Casa de Detenção, buscou resguardar-se física e moralmente.

A luta destes senhores contra a esperteza e o aproveitamento do momento por parte dos seus cativos deveria ser grande, tendo em vista que o momento e as circunstâncias eram desfavoráveis a eles. A questão da Guerra, do Estado de guerra, do decreto que prometia a liberdade aos cativos que fossem se alistar “voluntariamente”, dificultariam a vida dos senhores, que intentavam recuperar sua mão de obra, trazendo para a linha de frente também a contradição entre o bem público e o bem privado (SALLES, 1990; TORAL, 1995).

Contradição que pode ser verificada no cenário político macro dos acontecimentos, tendo o próprio imperador dado exemplo, libertando todos os escravos das fazendas nacionais para lutarem na guerra (SHULZ, 1994, p. 60 e 290). O Imperador escreveria ao ministro da guerra em dezembro de 1866 que enviasse: "Forças e mais forças a Caxias, apresse a medida de compra de escravos e todos os que possam aumentar o nosso Exército". Sendo deste mesmo ano o decreto que “concederia” a liberdade aos cativos nacionais que servissem ao Exército na Guerra (LYRA, 1977, p. 241). E os exemplos não paravam aí, segundo André de Toral:

A compra de substitutos, ou seja, a compra de escravos para lutarem em nome de seus proprietários, tornou-se prática corrente. Sociedades patrióticas, conventos e o governo encarregavam-se, além disso, da compra de escravos para lutarem na guerra. O império prometia alforria para os que se apresentassem para a guerra, fazendo vista grossa para os fugidos (TORAL, 1995, p. 292).

O barão de Sahy ofereceu para as urgências do estado 1:000\$000 e deu liberdade a um pardo que era seu pagem para assentar praça de “voluntário” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 20 de março de 1865). O Capitão João Soares, de acordo com alguns amigos, tencionava brevemente dar uma representação particular no Teatro de S. José, cujo produto seria aplicado a alforria dos escravos que pretenderem assentar praça no Exército, afim de engrossar as fileiras

dos defensores do país (JORNAL DO RECIFE, 20 de fevereiro de 1865). Foram comuns casos como estes, divulgados durante os anos de Guerra nos periódicos nacionais. “Senhores patrióticos”, doando cativos para defender a honra do país, situação que nem sempre era do agrado dos ditos, lutar por uma pátria que não os considerava. Lauriana Maria da Conceição havia doado um seu escravo que não chegou a assentar praça, por não ter comparecido, quando devia, para esse fim. O cativo de Lauriana, que não tem seu nome anunciado, fugiu, só que desta vez não para se alistar, fugiu mesmo do alistamento (JORNAL DO RECIFE, 17 de abril de 1865).

Estas fugas nem sempre duravam muito e quando descobertos, os cativos sofriam as baixas e retornavam a seus senhores. Como no caso de Vicente Ferreira do Nascimento, achado por seu senhor, o traficante interprovincial, Silvino Guilherme de Barros. Servindo como praça no sétimo batalhão de infantaria, Silvino de Barros conseguiu provar a escravidão de Nascimento e o próprio ministro da guerra ordenou ao presidente da província que desse baixa e o devolvesse (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 17 de novembro de 1864). Um crioulo calçado e “decentemente vestido” se apresentou ao capitão José Pedro das Neves, na subdelegacia da freguesia de S. Frei Pedro Gonçalves, “o qual com todo empenho queria assentar praça na armada imperial desejando logo ir para bordo do *Itamaracá*”. Estranhando o seu comportamento e sua pressa, o Capitão Neves, a quem o crioulo disse chamar-se João Francisco de Souza, pressionou o “voluntário” e conseguiu saber a verdade. Descobriu que João Francisco chamava-se Laurentino e era cativo de um José Francisco de Souza, fazendeiro de Bonito. O cativo havia mudado de nome e “batizou-se” com o do seu proprietário. Após a confissão, Laurentino foi preso e levado a Casa de Detenção. Todavia, o redator da notícia faz uma espécie de crítica a esta ação por parte do capitão, considerando o destino de Laurentino “fatal”. Estaria ele “descansando em terra (na cadeia), um homem que tanta vocação parecia ter para os serviços marítimos!” (JORNAL DO RECIFE, 16 de março de 1870). Aceitando a possibilidade, bastante comum, aliás, do recrutamento de escravos para a Guerra, para lutar em lugar dos seus “senhores”.

O que restava aos que tinham sua fuga frustrada era a experiência, talvez servindo para outras horas, outras situações, dependendo da conjuntura, a fuga seria até mesmo facilitada pelos homens das instituições oficiais. Muitos comandantes de batalhões devem ter deixado passar em suas fileiras os cativos que iriam ajudar na guerra do Paraguai. Muitos, claramente, servindo de bucha de canhão, mas vencendo a guerra para um país e para um governo que os rejeitava como cidadãos e que teria que lidar com esta questão nos anos seguintes.

Para citarmos somente dois fatores contraditórios do pós-guerra do Paraguai e da participação de escravos e ex-escravos nesta, basta falarmos que, do ponto de vista legal, a escravidão foi abolida no Paraguai após uma investida do Conde D'Eu. Este fez um apelo ao governo provisório do Paraguai em prol da abolição da escravatura “baseado em sua própria autoridade” (SHULZ, 1994, p. 290). Apelo que resultou no decreto de 2 de outubro de 1869 que aboliu, pelo menos oficialmente, a escravidão no país vencido (CARNEIRO, 1980, p. 81). Um comandante-em-chefe das forças brasileiras, servindo a um país escravista, abolindo a escravidão em outro país, enquanto que no Brasil a situação dos cativos pós-guerra seria alterada gradualmente. Muito embora, no Paraguai, não houvesse mais tantos homens em idade adulta ou até mesmo crianças para alforriar, tendo em vista o genocídio sofrido pela população masculina paraguaia.

O segundo fator seria o posicionamento após a Guerra de algumas autoridades políticas e militares do Império, muitas delas contrárias ao retorno dos “voluntários” da pátria a antiga condição de cativos. A Guerra surgiu como mais uma oportunidade para os cativos e concorreu para o compartilhamento da aceitação e reconhecimento da humanidade e também da cidadania destes homens (VIOTTI DA COSTA, 1983. p. 43).

Navegar é preciso, fugir não!

A deixa que nos dá o anunciante de algumas páginas atrás, sobre a vocação para os serviços marítimos, dos escravizados, é exemplar do que consideravam comum no século XIX. Associava o autor, o trabalho em navios ao conjunto de atividades que deveriam ser exercidos pelos escravos. O serviço marítimo, durante boa parte da história da humanidade, pode ser associado às práticas degradantes de existência humana, como muitos dias longe da família, má alimentação e restrição parcial da liberdade. Sem contar na exaustividade dos serviços, exercidos durante boa parte da história marítima mundial de maneira braçal, com dispensação de força física, brutal, e determinada força de vontade para combater as intempéries naturais. Força de vontade que nem sempre poderia ser encontrada facilmente, mas deveria vir acompanhada de alguma motivação, podendo ser esta financeira, visando alguma recompensa remuneratória, no caso de piratas, mercenários, conquistadores, ou uma motivação, melhor, coerção, muito presente neste tipo de serviço, como escravização de boa parte da marinharia, castigos físicos e ameaças constantes (RODRIGUES, 1999, p. 15 - 53).

No dia 8 de agosto de 1850, Antonio, catraeiro mina de 22 anos, ainda molecote, sem talhos no rosto (sem marcas de nação) e com “fala muito atrapalhada”, desapareceu do Porto da Lingueta, e seu senhor gratificava quem o devolvesse no mesmo porto. No outro anúncio,

o senhor de Antonio recrudesceria nas informações que faziam referência ao fugitivo. Não era mais Mina, mas da Costa, não apareceu também a sua idade, somente a designação de “molecote”, muito pequeno, e a gratificação que foi no primeiro anúncio de 40\$000 passou para 100\$000 nove dias após a primeira tentativa. Antônio era um africano importado ilegalmente, seu senhor e seus informantes sabiam disso, as autoridades passaram a saber disso no anúncio que dava provas veementes ao citar a idade, a procedência africana ocidental, a falta de conhecimento da língua. Costumes ilegais que repetidamente e banalmente apareciam nos jornais em anúncios de fugas ou vendas⁶.

Candido fugiu do brigue *Argos* no dia 21 de abril de 1851, de “nação Angola”, “parecia ter 29 anos” e pertencia ao comendador João Batista da Silva Pereira de Porto Alegre (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 06 de maio de 1851). Candido deveria fazer o percurso Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, tão comum no comércio de víveres e de outros produtos que eram transportados em navios por estes portos. Em outro anúncio de 29 de maio de 1851, ele é dado como fugido pela terceira vez do brigue *Argos*, era um fujão costumaz. Desta vez, fugiu no dia 25 de maio, depois de ter sido capturado após o primeiro anúncio de 06 de maio de 1851 (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 29 de maio de 1851). Talvez Candido não estivesse tentando fugir de vez do cativo, ou talvez estivesse estudando esta possibilidade, todavia podemos entender que com essas fugas constantes ele se desviava dos serviços pesados que deveria fazer a bordo do brigue *Argos*, andando pela cidade, empreendendo suas *petit marronages*.⁷

Conseguir se aproveitar destas situações abertas pelos serviços, pela mobilidade, pelas relações sociais, eram realmente fatores potenciais da resistência escrava. Não esqueçamos que o único caso de um cativo que auto registrou sua passagem pelo Brasil e por Pernambuco, dentre outros lugares, é um caso que termina com uma fuga possibilitada em parte por suas viagens marítimas. Mohhamah Gardo Baquaqua, trazido cativo do continente africano para o Brasil, viveu em Pernambuco e depois foi vendido a um capitão de navio que navegava entre o Rio Grande do Sul até o continente norte americano comercializando e utilizando mão de obra escrava em seu navio. Dentro de sua rota de escravidão Baquaqua intentou fugir três vezes, fora uma tentativa de suicídio em Pernambuco, pois segundo ele “servia a um mau senhor” (LARA, 1988, p. 269).

⁶ Ver por exemplo edições do Diário de Pernambuco em UFDC, **Diário de Pernambuco**, 31 de agosto de 1850, n° 195; **Diário de Pernambuco**, 22 de agosto de 1850; **Diário de Pernambuco**, n° 183. Um dito de nação (preto), catraeiro de 20 anos a venda em 1852. **Diário de Pernambuco** 4 de fevereiro de 1852. N° 27.

⁷ O termo *petit marronage* era dado pelos franceses às pequenas fugas que os escravos das colônias francesas empreendiam, geralmente para festejar ou visitar algum parente, por vezes até mesmo com data marcada.

Ainda segundo Baquaqua, suas tentativas de fuga fracassaram por diversas vezes, sendo que em sua “última” conseguiu fugir com a ajuda de alguns homens favoráveis à sua causa. Nas vezes que tentou evadir-se sozinho ou acompanhando de alguns amigos de bordo, sua fuga fracassou, quando ajudado por terceiros sua fuga se efetivou, embarcando nos EUA para o Haiti (LARA, 1988, p. 270 - 275). Em suma, as possibilidades se abriram a Baquaqua após conquistar experiência em seu serviço a bordo de um navio mercante, também após ficar informado das missões religiosas em prol da libertação de negros em alguns estados livres dos EUA. Estas informações eram compartilhadas pelos parceiros de serviço e cativo.

A formação de malhas de solidariedade em conjunto com as habilidades dos homens e mulheres escravizados, suas experiências em posições ambíguas entre o cativo e uma liberdade negociada, deram a eles condições de resistirem o máximo possível e minou a mais que tricentenária instituição escravista do Brasil com o agigantamento destas ações nos anos pré-abolição. A experiência da população escrava na década de 1880 já contava com um conjunto de princípios e normas forjados ao longo de três séculos de cativo. Adaptados e aptos ao embate, os cativos jogavam no campo dos brancos, o jogo dos brancos, às vezes com as próprias peças destes, porém, a todo momento lutavam para reverter este jogo e estas regras a seu favor.

As trajetórias atlânticas nem sempre eram as mesmas compartilhadas entre africanos escravizados e brasileiros escravizados, os contextos sempre diferiam de região para região, de nação para nação. Ao contrário de Baquaqua que foi buscar a liberdade em solos americanos, o “escravo pardo escuro de nome Honorato”, que aparentava ter “25-30 anos, sabendo ler alguma coisa, com ofício de pedreiro e de cocheiro”, sendo natural do Pará, mas também “dizendo ser do Maranhão”, obteve passaporte como cidadão brasileiro, com o nome trocado para João do Porto. O senhor de Honorato ficou sabendo que ele havia conseguido este passaporte, que o destinava a Lisboa, a bordo do vapor *Milford Haven*. Todavia, para o senhor de Honorato, ele poderia ter pagado a passagem e tirado passaporte para Lisboa, mas suas verdadeiras intenções seriam voltar para o Maranhão ou para o Pará, de onde já havia chegado ao Rio de Janeiro em 22 de novembro de 1856, “[...] com passaporte afiançado por José Joaquim de Gouveia e Silva, remetido a Novaes e Passos (uma firma comercial), já tendo servido como criado anteriormente na Corte a um Sr. Deputado.” Honorato ou João do Porto se beneficiou das relações que entreteve com homens livres no Rio de Janeiro e de suas habilidades, sabendo ler, tendo ofício, conseguiu tirar passaporte como homem livre para ir a Europa. Experiências atlânticas diferentes, homens igualmente impressionantes em sua luta pela liberdade (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 26 de novembro de 1860).

Em 13 de janeiro de 1850, fugiram do engenho Novo de Sirinhaém, muito provavelmente através do rio de mesmo nome, localizado no sudeste da província de Pernambuco, os cativos Thomaz, “cabra-escuro, cor fula, 25-30 anos, oficial de pedreiro, pescador e cortador de carne, muito regrista, contador de histórias”, e Amaro, “cabra claro, 45-50 anos, preguiçoso para qualquer serviço, canoeiro, andando sempre ébrio”. Os parceiros fugiram pela praia do “Gamella” em Rio-Formoso, onde compraram uma jangada e seguiram na direção da província de Alagoas, de onde Amaro era natural, tendo “parentes para o centro”. A recompensa pelos dois somava 200\$000 mil réis, boas alvissaras para quem se incumbisse da missão de recapturá-los e conseguisse (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 10 de abril de 1850).

Já Cosme, morador na cidade de Penedo, fugiu do porto grande do rio Japaratuba em fevereiro de 1850. Nascido na província de Sergipe tinha uma história de vendas constantes e de conhecimento das águas, advindo destas suas experiências em cativo. Foi primeiro, cativo do alferes João de Deus, senhor do engenho ilha dos Bois, preso em rio Real com outros parceiros de cativo, “por terem daí saídos fugidos em uma canoa, e aqui aportados” (Penedo). Segundo o anunciante, Cosme era “pardo claro, pouco pachola e sabia afetar de homem livre”, se passava por livre com facilidade. Além disso, fazia “todo serviço de roça, pescaria e também se afetava a passar por marinheiro”. O canoeiro tinha uma irmã em Amparo (Sergipe), a qual tinha dois filhos, que eram sustentados, segundo depoimentos do próprio Cosme, quando preso em rio Real, por ele. Cosme, ainda havia conseguido passaporte como forro para a Bahia e deveria já haver mudado de nome também segundo o costume dos fujões. A rede montada para capturar Cosme era grande, passando por pelo menos três províncias, Pernambuco, Alagoas e Bahia (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 30 de novembro de 1850).

Tanto Cosme quanto Thomaz e Amaro, contavam com o auxílio de seus próprios conhecimentos, por que não também de sua tonalidade de tez mais clara? Sendo-os talvez mais fácil “afetar por livre” em meio a uma multidão de “homens de cor”. Contavam também com as malhas de solidariedade abertas pelo reencontro com familiares, amigos e parentes nas antigas localidades de onde foram vendidos e afastados. Navegaram de volta a seus locais de origem não somente por saudade, mas também porque nestes locais seus planos de fuga e projetos de liberdade talvez fossem mais sustentáveis devido a inclusão social e o reestabelecimento de laços sociais. Amaro ainda tinha como tarefa, mesmo em cativo, “sustentar os sobrinhos”, segundo ele mesmo contou aos seus apreensores em rio Real.

Esta mobilidade e preparo dos cativos para o trabalho, para o mundo em cativo, representou para muitos senhores o paradoxo que os primeiros necessitavam para resistir ao mundo do cativo. O calcanhar de Aquiles do sistema escravista, que se não desferiu um golpe

mortal, ajudou a derrotar a instituição. Para Marcus Carvalho por exemplo, “[...] os canoieiros do Recife tinham mais autonomia do que muita gente livre” (CARVALHO, 2010, p. 241). Estes homens exerciam importantes funções na ordem escravista e eram muito valiosos para seus senhores, fosse pelo investimento feito neles, fosse mesmo por estas funções e possibilidades de ganhos. Segundo Carvalho:

A profissão de canoeiro devia ser procurada por muitos libertos, negros e pardos livres, principalmente quando era possível ter uma canoa própria. Um negócio que poderia combinar com a pesca e pega de caranguejo. Os canoieiros do Recife eram tantos, que chegaram a ter uma capela própria. Uma capela simples, da qual foi feita uma pintura na metade do século passado. A atividade era reconhecida pela justiça local, tanto que, das oito profissões discriminadas numa lista de gente que passou pela cadeia de Pernambuco em 1838, uma delas era a de “canoieiros, pescadores e marinheiros”. Todavia, como qualquer trabalho braçal, também era ocupação própria para escravos (CARVALHO, 2010, p. 32).⁸

Homens especializados em atravessar mercadorias e gentes por entre os rios de Pernambuco⁹, do continente africano e de todo Brasil afora, souberam se valer muito bem de tudo que tinham e dos espaços que conquistaram (KOSTER, 2003, p. 35; RODRIGUES, 2010; SILVA, 2004, p. 41).

João, cativo “crioulo, 20 para 21 anos, cor fula, altura regular” teria sido conduzido por um jangadeiro para Pernambuco “em título de forro”, segundo o anunciante. João teria sido visto por diversos conhecidos perambulando pelo Recife, seu senhor, morador na Parahyba do Norte clamava as autoridades que o recapturasse e o devolvesse. João teria sido “seduzido” na linguagem senhorial, ou teria mesmo conseguido ajuda do jangadeiro para fugir da Parahyba a Pernambuco, quem sabe também em busca de parentes ou de outras possibilidades (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 17 de junho de 1853). A ajuda de terceiros mais uma vez apontando como fator crucial para uma bem-sucedida empreitada.

Assim como João, um “preto crioulo, bastante ladino de nome Miguel, com ofício de canoeiro, bonita figura, bem preto, com costume de fugir” contou com a ajuda de terceiros.

⁸Muitos Catraeiros corajosos receberam até mesmo medalhas por salvarem vidas, como foi o caso de Francisco de Oliveira que salvou o soldado do 11º batalhão de infantaria José Damásio. UFDC, **Diário de Pernambuco**, 27 de fevereiro de 1877. Da mesma forma que algumas tentativas de suicídios e tragédias foram evitadas devido à ação salvadora destes homens: **Diário de Pernambuco**, 6 de setembro de 1881, n° 202; **Diário de Pernambuco**, 18 de agosto de 1882, n° 187; **Diário de Pernambuco**, 11 de março de 1867, n° 58. Assim como muitos eram presos por brigas ou embriaguez, como foi o caso de Bento, pardo de 22 anos e Raymundo José de Lima, pardo de 26 anos: **Diário de Pernambuco**, 4 de fevereiro de 1862, n°28; Antonio Luiz Dias, pardo 52 anos por desordem, **Diário de Pernambuco**, 16 de abril de 1862, n° 88.

⁹ Henry Koster, ao chegar em Pernambuco além de ter visto várias jangadas por todos os lados, foi recepcionado e desembarcou em uma lancha “tripulada por negros quase nus”. KOSTER, Henry. **Viagens ao nordeste do Brasil**. Fortaleza: ABC, Tradução, prefácio e comentários de Câmara Cascudo, 12ª edição, vol. 2, 2003 (1816), p.35.

Seus “amigos e irmãos” canoieiros lhe davam abrigo e guarida, “ocultado mesmo dentro da cidade junto com os canoieiros da Rua Nova”. Quando não recebia guarida dos seus parceiros de ofício e amigos de trabalho, Miguel se escondia a algumas léguas da cidade, fazendo isso na última fuga que havia feito e passando “algum tempo no engenho Mossambique”, devolvido pelo senhor do engenho Dr. Velloso a seu senhor (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 05 de Janeiro de 1855). Tanto as relações que Miguel mantinha com os canoieiros do Recife, quanto suas capacidades, evidenciadas pelo seu senhor ao dizê-lo “ladino”, permitiam-no as possibilidades de fugas e quem sabe as negociações de serviços com proprietários de engenhos no entorno da cidade, muito destes próximos a rios e necessitados de homens com as capacidades de Miguel para poder fazer algumas tarefas como: buscar água potável, trazer frutas e mercadorias da cidade nas canoas, transportar pessoas para diversos lugares, etc, não faltariam serviços para Miguel se este se estabelecesse longe das vistas de seu senhor urbano num dos engenhos de Pernambuco, mas talvez este não fosse seu plano de liberdade. Tanto é que permanecendo um tempo no engenho Mossambique [sic.] foi “devolvido” pelo proprietário do mesmo engenho. As experiências destes homens em cativo tornavam-nos “mais livres que muitos livres”. Marcus Carvalho que atentou bastante para os negros canoieiros em seu livro sobre escravidão no Recife, asseverou que:

A mobilidade própria da função trazia outras vantagens para os cativos. Além de poderem ir para longe com uma certa facilidade, os canoieiros teciam relações com pessoas que moravam longe dos seus senhores [...] no momento em que decidia fugir, um canoieiro podia se beneficiar dos contatos feitos em outros bairros da cidade [...] quando dava tudo errado, fugiam como outros escravos quaisquer, só que tinham uma distância de vantagem (CARVALHO, 2010, p. 37 - 39).

Mas para não pensarmos que tudo eram flores, devemos ter em mente que, diferentemente dos canoieiros, as condições de vida na marinha e no exército nestes contextos históricos de vigência da escravidão, com direito a castigos físicos, prisões, humilhações e trabalhos forçados não deveriam ser tão incomuns realmente para os cativos que buscavam “abrigo” nestas instituições. Não esqueçamos o destino dos homens livres pobres que foram armados por seus patrões durante a Insurreição Praieira, ao serem capturados, para além de sofrerem os castigos corporais, eram recrutados para o Exército e para a Marinha, como uma espécie de penalidade, assim como esta mesma penalidade se expandia sobre “vagabundos”, homens livres pobres sem moradia fixa, solteiros, ambulantes, etc.

Considerações finais

“Em todo lugar onde houve escravidão, houve resistência”, segundo João Reis e Flávio Gomes (REIS; GOMES, 1996). Podemos aproveitar esta frase emblemática dos autores e afirmar que em todos os níveis a vigilância também se fazia presente. Fosse em terra, no mar, nos campos, nas cidades, dentro das casas grandes, dos sobrados urbanos, a vigilância fazia parte do cotidiano dos homens e mulheres submetidos ao cativo. Pois a escravidão para além de ser um modo de produção se tornou também, e muito especificamente, uma forma de controle social que naturalizou ao longo de séculos de história, a violência, a opressão e a discriminação. Não acomodando homens e mulheres, mas forçando-os a resistir dia após dia, de diversas formas, aproveitando as múltiplas experiências desenvolvidas ao longo da vida em cativo.

Fomos informados das trajetórias de vida destes cativos a partir da sua resistência e persistência em se manterem vivos e longe das amarras senhoriais. Fizeram-se donos dos seus próprios destinos, ou quando não, pelo menos enfrentaram as consequências das próprias escolhas. A importância dada a inteligência e a agência destes homens e mulheres deve ser levada em consideração ainda mais pelo fato de estarem eles submetidos a um regime onde a sua degradação humana e moral era vista por muitos como uma das formas de dominar melhor a sua propriedade. Rejeitando rótulos, estigmas, superando desafios, obstáculos e limitações conjunturais e estruturais estes personagens marcaram a história do Brasil com suas escolhas e contribuições que vão muito além do ato de fugir.

John Locke ao tratar do estado da escravidão resumia este como sendo “o estado de guerra continuado entre o conquistador legítimo que teria direito sobre a vida do conquistado e o cativo a quem restaria somente a escolha da morte” (LOCKE, 1963, p. 17-18). Para Locke, que colocou a escravidão em termos contratuais, os dois lados teriam obrigações, que ele não explicita no seu tratado, mas é interessante notar que reconhece no cativo a opção de escolha, quando não a vida em cativo, a uma vida de guerra constante ou até mesmo a própria morte. Talvez tão acostumados ao “Estado de Guerra”, para os cativos, fugir em direção a outra guerra não seria tão doloroso, em certas circunstâncias seria até melhor do que viver sobre a ameaça constante de senhores, feitores, etc.

Homens negros lutaram na guerra do Paraguai e foram os grandes responsáveis pela nossa nada honrada vitória sobre os paraguaios. Estiveram presentes, e em grande número, tanto na Armada quanto no Exército Imperial. Sua luta no Sul do Império repercutiu até chegar na Corte no início da década de 1870. A lei do Ventre livre reconhecia implicitamente a desonra e a desmoralização de no Brasil nascerem ainda pessoas na condição de escravos. Como poderiam os mesmos negros serem heróis nacionais se não eram nem mesmo considerados

como livres, como seres humanos, pela legislação imperial os que nasciam de mãe escrava? Contradições que não foram tão bem resolvidas pelo sistema. Mas que foram aproveitadas pelos cativos em muitos momentos.

Fontes

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 10 de abril de 1850.
DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 30 de novembro de 1850.
DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 06 de maio de 1851.
DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 29 de maio de 1851.
DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 03 de novembro de 1851.
DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 17 de junho de 1853.
DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 19 de junho de 1860.
DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 10 de julho de 1860.
DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 07 de junho de 1864.
DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 20 de março de 1865.
DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 07 de abril de 1865.
DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 24 de abril de 1865.
DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 24 de setembro de 1865.
DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 10 de junho de 1870.
JORNAL DO RECIFE, 21 de março de 1865.
JORNAL DO RECIFE, 17 de abril de 1865.
JORNAL DO RECIFE, 10 de agosto de 1865.

Referências Bibliográficas

CARNEIRO, Édison. **A lei do ventre livre**. Afro-Ásia, n. 13, 1980.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade: Rotinas e Rupturas do Escravismo**. Recife, 1822-1850. Recife: EdUFPE, 2010.

COSTA, Emília Viotti da. **Abolição**. São Paulo: Global, 1982.

EISENBERG, Peter. **Modernização sem mudança: A indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910**. Rio de Janeiro/Campinas: Paz e Terra/Unicamp, 1977.

FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX: tentativa de interpretação antropológica, através de anúncios de jornais brasileiros do século XIX, de características de personalidade e de formas de corpo de negros ou mestiços, fugidos ou expostos à venda, como escravos, no Brasil do século passado**. São Paulo/Recife: ed. Nacional e Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 2ª edição, 1979.

GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro - século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

GOMES, Flávio dos Santos. SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **Sedições, haitianismo e conexões no Brasil:** outras margens do atlântico negro. *Novos Estudos*, n. 63, 2002, p. 131-144. FERREIRA, Roquinaldo.

GOMES, Flávio dos Santos. **A miragem da miscigenação.** *Novos Estudos*, n. 80. Março de 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n80/a10n80.pdf>. Acesso em: 30/10/2017.

HOFFNAGEL, Marc J. Rumos do Republicanismo em Pernambuco. In: SILVA, Leonardo Dantas (ed.). **A República em Pernambuco.** Recife: Massangana, 1990.

KOSTER, Henry. **Viagens ao nordeste do Brasil.** Fortaleza: ABC, Tradução, prefácio e comentários de Câmara Cascudo, 12ª edição, vol. 2, 2003 (1816).

KRAAY, Hendrik. **"O abrigo da farda":** o Exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800 - 1888. *Afro-Ásia*. n. 17, 1996.

LARA, Silvia Hunold. Biografia de Mahommah G. Baquaqua. **Revista Brasileira de História**, vol. 8, n. 16, p. 269-284. Disponível em: http://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=25. Acesso em: 28/11/2017.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo.** São Paulo: IBRASA, tradução de E. Jacy Monteiro, 1963.

REDIKER, Marcus. **O navio negreiro:** uma história humana. São Paulo: Companhia as Letras, 2011.

REIS, João José. **Domingos Sodré:** Um sacerdote africano na Bahia oitocentista. *Afro-Ásia*, n. 34, 2006.

REIS, João José. SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito:** a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989

RODRIGUES, Jaime. Cultura Marítima: marinheiros e escravos no tráfico negreiro para o Brasil.(sécs. XVIII e XIX). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.19, n. 38, 1999.

SILVA, Eduardo. Domingo dia 13: O Underground abolicionista, a tecnologia de ponta e a conquista da liberdade. In: ABREU, Martha. PEREIRA, Matheus Serva (Orgs.). **Caminhos da Liberdade:** Histórias da Abolição e do Pós-Abolição no Brasil. Niterói: EdUFF, 2011.

SILVA, Wellington Barbosa da. **Entre a liturgia e o salário:** a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Tese de doutorado, 2003, p. 48-49.

SLENES, Robert. "Malungu, ngoma vem!": África coberta e descoberta do Brasil. **Revista USP**, n. 12, 1992.

SOUZA, Robério Santos. **Tudo pelo trabalho livre!:** trabalhadores e conflitos no pós-abolição (Bahia 1892-1999). Salvador/São Paulo: EdUFBA/Fapesp, 2011.

TORAL, André Amaral de. **A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai.** *Estudos Avançados*, vol. 9, n. 24, São Paulo, Maio/Agosto de 1995, p. 287-296.